

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PROEJA: MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME

*Franciele Silva Macêdo¹
Rita de Cássia Souza Nascimento Ferraz²*

Eixo: Políticas públicas para EPJAI

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Educação Profissional. Educação Especial.

Introdução

O acompanhamento da educação profissional na educação de jovens e adultos no ensino médio a partir do monitoramento e da avaliação do PME (2015-2025) perpassa por uma busca de qualificação concreta para a vida profissional e ajuda a garantir a permanência desses alunos na escola. O monitoramento e avaliação do PME 2015-2025 de um município são regulamentados por sua própria lei municipal que o instituiu, mas sempre seguindo as diretrizes e a exigência de monitoramento previstas na Lei Federal nº 13.005/14 (Brasil, 2014).

Em relação ao público da Educação Especial na EJA o PME deve prever estratégias que articulem a oferta de cursos de Educação Profissional com dados do mercado de trabalho local, identificando setores que tenham potencial de empregabilidade e que demonstrem abertura para a inclusão de pessoas com deficiência. Nesse sentido, esse trabalho tem como objetivo analisar a educação profissional no cenário da educação de jovens e adultos (EJA) no ensino médio, a partir do monitoramento e da avaliação do PME (2015-2025), como possibilidade de oferecimento de oportunidades a discentes público da Educação Especial.

Metodologia

Trata-se de um estudo qualitativo descritivo, realizado em 02 (dois) Colégios da Rede Estadual do Município de Itapetinga-BA. Os dados foram construídos através de uma análise documental, como procedimento técnico-investigativo do monitoramento e a avaliação do PME (2015-2025) e de um questionário aplicado para uma Gestora e uma Coordenadora Pedagógica

¹ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. E-mail: francismacedo2017@outlook.com

² Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. E-mail: ritasouza@uesb.edu.br

vinculadas à Educação de Jovens e Adultos dos respectivos colégios. Os dados foram analisados por meio de uma análise interpretativa-argumentativa (Minayo, 2010), os quais foram organizados em duas categoriais: oferecimento e organização da PROEJA e monitoramento e avaliação da EJA profissionalizante.

Análise dos resultados

Quanto ao oferecimento e organização da EJA no Colégio A há as modalidades ProSub e Proeja, sendo uma turma ProSub de administração (pós Ensino Médio) e duas turmas em Técnico em Segurança do Trabalho e uma turma do ProEJA para 96 estudantes, sendo apenas um do público da Educação Especial. No colégio B é oferecida as modalidades do PROEJA em Técnico em Informática, Técnico em Nutrição e Técnico em Análises Clínicas para 34 estudantes, sendo uma do público da Educação Especial.

Em relação ao monitoramento e a avaliação do percentual de matrículas de estudantes na Educação Profissional para a EJA, no Colégio A, foi verificado uma ausência de um campo de identificação de necessidades especiais na inscrição para cursos subsequentes, o que pode gerar uma invisibilidade inicial. O resultado é que a inclusão se torna um ato de resistência e adaptação constante por parte dos gestores e professores, em vez de um processo institucionalizado e planejado, como confirmado no Colégio B. A inexistência de monitoramento específico de matrículas de estudantes da Educação profissional para a EJA é uma lacuna indicativa de uma falta de dados específicos para a EJA/EP que poderiam informar políticas e práticas adaptadas a esse público (Castro; Cruz, 2024).

Considerando o atendimento a Estratégia 10.4, esta também é tida como um processo contínuo e compartilhado, não sendo uma prova pontual que a instituição A utiliza para inserção em um círculo de cuidado com a participação de professores, coordenadores, educadores especiais (ou de apoio) etc. A experiência do Colégio A, focado integralmente no EJA Profissionalizante Noturno, revela que a inclusão de estudantes com deficiência é um processo marcado pela dicotomia entre as falhas sistêmicas e a excelência na prática local. Em contrapartida, o esforço da gestão e do corpo docente manifesta-se em um modelo de monitoramento colaborativo e em uma flexibilidade pedagógica humanizada, que transcende o currículo rígido para garantir o bem-

estar e o pertencimento do aluno, transformando o ambiente escolar em um porto seguro e um espaço de valorização de competências que o diagnóstico formal poderia obscurecer.

Como possibilidades dessa valorização, o oferecimento de oportunidades aos discentes público da Educação Especial também passa a ser um mobilizador que pode ser viabilizado por meio das parcerias entre a escola e as empresas como ocorre no Colégio B. Essa iniciativa coloca a empregabilidade como um componente indissociável da Educação Profissional Inclusiva, reconhecendo que a formação técnica deve ser complementada com o suporte na inserção laboral, conforme Libâneo (2008). A inserção laboral, nesse contexto, é mais uma questão de sorte e indicação do que de um direito garantido pela articulação do colégio.

Considerações Finais

A análise demonstrou que, embora a meta 10 e a estratégia 10.4 do PME (2015-2025) contemplem a expansão da EJA e a inclusão da Educação Especial, a articulação explícita com a oferta de Educação Profissional para este público específico ainda se configura como um grande desafio a ser traçando para sua efetivação, como um ponto cego ou um desafio de operacionalização, exigindo. Embora exista o arcabouço normativo para a inclusão, a articulação prática e sistemática da Educação Profissional no cenário da EJA/Ensino Médio como oportunidade efetiva para o público da Educação Especial configura-se ainda como um desafio de gestão e política pública.

Referências

BRASIL. **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014**. Aprova o plano nacional de educação e dá outras providências. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13005&ano=2014&ato=8b4gXWE9ENVpWT136>. Acesso em: 23 set. 2025.

CASTRO, Francislene Santos; CRUZ, Rosana Evangelista da. O financiamento da educação de jovens e adultos (EJA): elemento contraditório do direito à educação. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 40, e89940, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-0411.89940>. Acesso em 23 set. 2025.

LIBÂNEO, José Carlos. Políticas educacionais neoliberais e escola: uma qualidade de educação restrita e restritiva. In: LIBÂNEO, José Carlos; FREITAS, Raquel Aparecida Marra da Madeira (Orgs.). **Políticas educacionais neoliberais e escola pública: uma qualidade restrita de educação escolar**. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2018, p. 44-87.